

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

**Allianz Seguros: excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços**  
A Allianz Seguros (Allianz Seguros ou Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Fundado em 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 122 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 159 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, sendo uma das seguradoras líderes no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2023, pelo quinto ano consecutivo, a Allianz foi nomeada a seguradora número um do mundo no ranking *Best Global Brands*, da Interbrand, sendo a 31ª no ranking geral. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos Crescimento, Expansão de Margem e Eficiência de Capital, com foco na criação de valor, entrega e execução de soluções simples e inovadoras para alcançar resultados de referência e a padronização dos serviços em escala global.

No Brasil há 119 anos, a Allianz Seguros está entre as maiores do mercado. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a Allianz Seguros tem adotado uma série de iniciativas para que o segurado tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a Allianz Seguros passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessores e parceiros de negócios.

Nos últimos anos, a Allianz Seguros deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes.

Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a Allianz Seguros quanto para os corretores, assessores e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas, no atendimento e consumo de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

**Inovação e simplicidade**  
Acompanhando tendências que agregam valor aos produtos e serviços, deixando-os cada vez mais simples e flexíveis, as equipes de Tecnologia da Informação, Produtos, Comercial, Marketing e Operações estão sempre trabalhando juntas para oferecer a melhor experiência aos corretores e clientes, para que suas jornadas na Allianz Seguros, da cotação ao possível sinistro, sejam simples e intuitivas, com o corretor atuando especialmente como consultor especializado em riscos. Isso porque eles são alavancas fundamentais no movimento estratégico de capilaridade da Allianz Seguros. Neste sentido, destaca para a implementação de autosserviços por meio do *chatbot*, visando solucionar questões logo no primeiro contato. O *chatbot* tem se mostrado bastante eficiente aos corretores e clientes, tanto que mais da metade das solicitações de clientes feitas à Allianz Seguros chegam por este canal. Esse índice vai para 60% quando considerado os atendimentos realizados aos corretores.

Outro aperfeiçoamento implementado em 2023 foi o Sinistro Digital Auto. A ferramenta concede ainda mais praticidade e agilidade à solicitação e ao acompanhamento dos sinistros relacionados à carteira de Automóveis. Inclusive, após o aviso de sinistro, é possível emitir previamente as fotos do veículo, que serão analisadas por meio de Inteligência Artificial - tecnologia que torna o processo mais rápido, antes mesmo de levar o veículo para a vitória presencial.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>		<b>8.464.583</b>	<b>8.324.170</b>
DISPONÍVEL		366.883	327.962
Caixa e bancos		366.883	327.962
<b>APLICAÇÕES</b>	5.1	<b>1.468.766</b>	<b>1.069.176</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>3.728.413</b>	<b>3.850.709</b>
Prêmios a receber	6.1	3.254.513	3.316.847
Operações com seguradoras	6.2	7.316	24.765
Operações com resseguradoras	6.3	466.594	509.097
<b>OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS</b>		<b>77.135</b>	<b>7.509</b>
<b>ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>	14.2	<b>1.820.532</b>	<b>1.936.662</b>
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		65.146	134.061
Títulos e créditos a receber	7.1	24.721	32.219
Créditos tributários e previdenciários	19.1	35.488	101.501
Outros créditos		4.937	341
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>179.035</b>	<b>318.692</b>
Bens à venda	7.1	178.784	318.510
Outros valores		251	182
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>278</b>	<b>1.106</b>
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>	9	<b>758.395</b>	<b>678.273</b>
Seguros		758.395	678.273
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.692.755</b>	<b>7.163.917</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>5.479.534</b>	<b>4.832.083</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	5.1	<b>3.064.710</b>	<b>2.599.549</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>		<b>17.195</b>	<b>39.242</b>
Prêmios a receber	6.1	17.195	39.242
<b>OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS</b>		<b>8</b>	<b>9</b>
<b>ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>	14.2	<b>838.351</b>	<b>580.933</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>1.430.858</b>	<b>1.470.520</b>
Títulos e créditos a receber	19.1,2.1	1.054.217	1.106.156
Créditos tributários e previdenciários		15	319.676
Depósitos judiciais e fiscais		15	44.110
Outros créditos operacionais		15	44.110
<b>OUTROS VALORES E BENS - ATIVOS DE DIREITO DE USO</b>	8	<b>119.125</b>	<b>130.607</b>
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS -SEGUROS</b>	9	<b>9.187</b>	<b>11.223</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>104.093</b>	<b>158.332</b>
Participações societárias	10.1	101.637	155.857
Imóveis destinados à renda	10.2	2.456	2.475
<b>IMOBILIZADO</b>	10.2	<b>51.987</b>	<b>56.674</b>
Imóveis de uso próprio		2.918	2.949
Bens móveis		36.762	38.496
Outras imobilizações		12.307	15.229
<b>INTANGÍVEL</b>	10.3	<b>2.057.141</b>	<b>2.116.828</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>16.157.338</b>	<b>15.488.087</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Reserva de			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reavaliação	Lucros			
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022</b>	<b>4.461.640</b>	<b>1.256</b>	-	<b>(122.641)</b>	<b>(66.775)</b>	<b>4.273.480</b>
<b>AUMENTO DE CAPITAL:</b>	<b>800.000</b>	-	-	-	-	<b>800.000</b>
Aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de julho de 2022	500.000	-	-	-	-	500.000
<b>RESERVA DE REAVALIÇÃO</b>	300.000	-	-	-	-	300.000
Realização por depreciação	-	(49)	-	-	49	-
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	-	<b>(49)</b>	-	-	<b>49</b>	-
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(35.314)	-	(35.314)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	(94.691)	-	(94.691)
<b>INCORPORAÇÃO - ALLIANZ DO BRASIL SEGURADORA S.A. - NOTA EXPLICATIVA 1</b>	-	-	-	59.377	-	59.377
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>(504.068)</b>	<b>(504.068)</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>5.261.640</b>	<b>1.207</b>	-	<b>(157.955)</b>	<b>(543.031)</b>	<b>4.561.861</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023</b>	<b>5.261.640</b>	<b>1.207</b>	-	<b>(157.955)</b>	<b>(543.031)</b>	<b>4.561.861</b>
<b>AUMENTO DE CAPITAL:</b>	<b>(693.040)</b>	-	-	-	<b>542.994</b>	<b>(150.046)</b>
Redução de capital aprovado em Reunião de Diretoria no dia 11 de dezembro de 2023	(693.040)	-	-	-	542.994	(150.046)
<b>RESERVA DE REAVALIÇÃO</b>	-	<b>(49)</b>	<b>12</b>	-	<b>37</b>	-
Realização por depreciação	-	(49)	12	-	37	-
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	-	-	-	<b>103.382</b>	-	<b>103.382</b>
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	102.524	-	102.524
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	858	-	858
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>120.672</b>	<b>120.672</b>
<b>DESTINAÇÃO DO LUCRO</b>	-	-	<b>90.504</b>	-	<b>(120.672)</b>	<b>(30.168)</b>
Reserva legal	-	-	6.034	-	(6.034)	-
Reserva de lucros	-	-	84.470	-	(84.470)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(30.168)	(30.168)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>4.568.600</b>	<b>1.158</b>	<b>90.516</b>	<b>(54.573)</b>	-	<b>4.605.701</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 7.522.469.387 de ações ordinárias sem valor nominal, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. com participação de 99,971% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

Em 12 de novembro de 2021, a Allianz Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da Allianz Brasil Seguradora S.A. (Controlada) pela Allianz Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.648673/2021-93, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 25/2021/SUSEP, na data de 3 de janeiro de 2022.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificativa de incorporação, em 1º de abril de 2022 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., pela sua controladora Allianz Seguros S.A..

A incorporação está inserida no projeto de simplificação da estrutura societária da Seguradora, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Allianz Brasil Seguradora S.A. foi extinta de pleno direito e a sua controladora Allianz Seguros S.A. se tornou sua sucessora. Todas as 1.060.778.409 ações ordinárias de emissão da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram canceladas, sendo 1.060.778.408 de titularidade da Allianz Seguros S.A. e 1 ação de titularidade da Allianz do Brasil Participações Ltda., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei das S.A..

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Allianz Brasil Seguradora S.A. no montante de R\$ 248.372.899,86 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 31 de janeiro de 2022 que emitiu laudo datado de 25 de março de 2022. O acervo líquido contábil incorporado atualizado para 31 de março de 2022 foi de R\$ 247.421.212,08 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e doze reais e oito centavos). Os saldos de investimento e de valores a receber e a pagar da Allianz Brasil Seguradora S.A. junto à sua controladora Allianz Seguros S.A. foram eliminados no processo de incorporação. Os saldos contábeis da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram contabilizados com base no acervo líquido contábil de 31 de janeiro de 2022 e os saldos subsequentes, de 28 de fevereiro de 2022 e 31 de março de 2022, foram incorporados através do patrimônio líquido da Seguradora.

**Balanco Patrimonial Incorporado em 1º de abril de 2022:**

	31/03/2022	31/03/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>276.703</b>	<b>182.588</b>
DISPONÍVEL	674	4.386
APLICAÇÕES	84.555	20.181
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.310</b>	<b>154.408</b>
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	126.789	3.683
OUTROS VALORES E BENS	61.471	372.618
DESPESAS ANTECIPADAS	260	129
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	432	370.833
ATIVO DE RESSEGURO E RETROCESSÕES DIFERIDOS	212	1.656

#### Avanços e oportunidades

Além da digitalização e simplificação de processos, que resultam em avanços para a Allianz Seguros, a Seguradora também tem ampliado a gama de ofertas e assistências, proporcionando soluções adequadas para diferentes perfis de consumidores.

Com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das operações, foram realizadas ainda duas movimentações relevantes em 2023. Uma delas está relacionada à adequação da precificação, levando em consideração a realidade atual no que diz respeito à sinistralidade, inflação e variáveis de cada modalidade. A outra medida foi manter o foco na diversificação de ofertas e de regiões.

Desta maneira, a Allianz Seguros continua buscando oportunidades de ampliar negócios no segmento de Automóvel, ao mesmo tempo que intensifica esforços comerciais em ramos como o Residência, Vida e *midcorp* (que abrange o Empresarial PME, Transportes e Rural). E, para expandir as operações no segmento corporativo a Allianz Seguros lançou, em 2023, a marca comercial Allianz Commercial, que une a expertise dos mercados locais com a capacidade do Grupo Allianz para subscrição e **Sustentabilidade**

A Allianz Seguros desenvolveu ambições de sustentabilidade que refletem seu compromisso com a responsabilidade corporativa e o impacto positivo no mundo. Nesse sentido, foram estabelecidas metas ambiciosas de sustentabilidade que visam impulsionar a empresa em direção a um futuro mais sustentável, levando em consideração uma linha de base estabelecida em 2019. A meta de redução de emissões de carbono por colaborador é de 50% até 2025, e a Allianz Seguros, em 2023, atingiu uma redução de aproximadamente 70%. A meta de redução nas emissões de carbono em viagens corporativas é de 40% até 2025, e a Allianz Seguros já ultrapassou 60%. Quando falamos em consumo de energia, consumo de água e geração de resíduos (ambos medidos por colaborador), as respectivas metas de redução são de 20%, 10% e 10% até 2025, e em 2023 o Brasil já atingiu reduções de aproximadamente 60%, 70% e 80%, em ordem, para os indicadores citados. Quando falamos em papel, a meta é reduzir o consumo de 20% por apólice, e, em 2023, o Brasil já atingiu praticamente 80%. Por fim, destacamos que em 2023 a Allianz Seguros atingiu, no Brasil, a meta de ter 100% da energia elétrica dos seus prédios provenientes de fontes renováveis através da migração de alguns prédios para o mercado livre de energia e também por meio da compra de certificados de energia renovável, com garantia e rastreabilidade. Um conjunto de iniciativas têm contribuído para o atingimento das metas, sobretudo as que envolvem padrões de sustentabilidade para as edificações como a utilização de equipamentos mais eficientes no que tange ao consumo de energia elétrica e a utilização de água, a criação de processos para reduzir o consumo de recursos como, por exemplo, a própria captação de água pluvial nos prédios da Eugênio de Medeiros, em São Paulo, e no Edifício Ventura, no Rio de Janeiro, e a digitalização que evita o consumo de papel. Em 2023, também lançamos a Política de Sustentabilidade da Allianz Seguros no Brasil em consonância com os requisitos da Circular 666 da SUSEP, e criamos nosso primeiro curso de sustentabilidade para colaboradores, no formato **reel**.

#### ABA: transformando potenciais em competências

Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos negócios como no campo social, um grupo de colaboradores da Allianz Seguros no Brasil criou, em 1994, a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social na comunidade Santa Rita, zona leste de São Paulo, cumprindo um importante papel na sociedade.

A entidade oferece, diariamente, atividades multidisciplinares complementares ao ensino formal, para crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, provenientes de 50 escolas públicas da região. A ABA também aproxima a cultura digital dos adultos e idosos, por meio de aulas de computação e de dispositivos móveis. Desde sua fundação, a ABA já atendeu mais de 9.000 pessoas. Em 2022, comemorou 10 anos do Programa de Desenvolvimento Socioeducativo e implantou o Programa de Filosofia com crianças. Em 2023, foram realizadas duas edições da Mostra de Artes Visuais e Digitais na ABA, que reuniram mais de 300 visitantes.

#### Allianz Parque: referência em *namimg rights*

Reconhecido como o mais bem-sucedido *namimg rights* de arena do país, a Allianz Seguros conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque.

Desde sua inauguração, em novembro de 2014, já recebeu 14,5 milhões de pessoas; 8 milhões delas acompanharam as 390 partidas de futebol, outras 5,5 milhões assistiram aos 259 shows e mais de 395 mil participaram do Allianz Parque Tour.

**Apoio ao esporte**  
O Grupo Allianz tem uma forte presença no universo cultural e esportivo, apoiando iniciativas em todo o mundo, que compartilham dos mesmos valores e inspiram milhões de pessoas, com histórias de conquistas e superações. Além da Família de Arenas Allianz e o apoio ao futebol, Fórmula E, MoMa e Pianista Lang Lang, a Allianz, desde 2021, é a parceira global de oito anos (até 2028) com os Movimentos Olímpico e Paralímpico, tornando-se um dos 15 patrocinadores globais e primeira seguradora a fazer parte desse seleto grupo.

No Brasil, patrocina os nadadores e medalhistas olímpicos Ana Marcela e Bruno Fratus, além de Jessica Messali, paratleta campeã mundial no paratriathlon.

O desempenho da Companhia foi afetado significativamente em 2022 pelos resultados da carteira de Automóveis, ainda em função dos efeitos sobre frequência e severidade oriundos da pandemia e pelo resultado da carteira de Agro Cultivo em decorrência das secas que afetaram a safra de verão 2021-2022, principalmente no sul do país.

Em 2023, os indicadores de frequência e severidade demonstraram estabilidade permitindo o equilíbrio e a retomada da rentabilidade da carteira de Automóveis. A carteira de Agro Cultivo da safra de 2022-2023, não sofreu com efeitos climáticos adversos, permitindo assim a melhora dos resultados apresentados no exercício.

**Prêmios emitidos líquidos** - Ao final do exercício, a Allianz Seguros registrou R\$ 8,8 bilhões (R\$ 8,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022) em prêmios emitidos líquidos, representando crescimento na ordem de 6%.

**Sinistros ocorridos** - Redução de 11% quando comparado ao mesmo período do exercício imediatamente anterior.

**Resultado com resseguro** - O resultado das operações com resseguro apresentou variação negativa quando comparados ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelo aumento da operação da companhia e consequente aumento dos prêmios ressegurados.

**Despesas Administrativas** - As despesas administrativas aumentaram em 11%, quando comparadas ao mesmo período anterior.

**Balancos Patrimoniais** - O ativo total da Allianz Seguros atingiu R\$ 16,2 bilhões (R\$ 15,5 bilhões em dezembro de 2022). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R\$ 4,6 bilhões (R\$ 4,5 bilhões em dezembro de 2022).

#### Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Allianz Seguros, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Allianz Seguros, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

#### Agradecimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	2023	2022
<b>PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS</b>	18.1	8.761.883	8.322.712
<b>VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS</b>		<b>(2.24.955)</b>	<b>(785.023)</b>
<b>(=) PRÊMIOS GANHOS</b>	17.1	<b>8.536.928</b>	<b>7.537.689</b>
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(5.350.901)	(6.014.533)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(1.481.841)	(1.356.146)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(84.293)	(181.890)
(+/-) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	(576.539)	73.389
(+) RECEITA COM RESSEGURO		1.726.014	1.925.354
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(2.232.237)	(1.849.697)
(+/-)OUTROS RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO		(70.316)	(2.268)

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

#### 3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo LOD - *Losses Occurring During*, o diferimento é feito em 12 meses, para contratos do tipo RAD - *Risk Attaching*, o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores. Os prêmios de seguros, de cosegurados e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição.

Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos.

##### 3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

##### 3.2.2 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

##### 3.2.3 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

##### 3.2.4 Empreéstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo custo histórico, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

##### 3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ABRAMEF); (ii) os certificados de depósitos bancários, as letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) as quotas de fundo de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelo emissor das investidoras na data de encerramento do balanço.

##### 3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

##### 3.2.7 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o inciso III do art. 139 da Circular SUSEP nº 649/2021. A avaliação para redução dos valores recuperáveis de coseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

##### 3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

##### 3.4 Bens à venda - salvados

São bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um sinistro, também denominados como "salvados". A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado e a abertura da reserva dos custos diretamente relacionados à venda são estimados através de estudo que se utiliza a média histórica de pagamento de despesas.

Para o grupo de ramos de automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que, atualmente, somente se faz necessária a constituição de redução ao valor recuperável para casos com pendência acima de 365 dias, visto que até este delimitador o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda.

Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério de se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do sinistro.

##### 3.5 Investimentos

###### 3.5.1 Participações societárias

Refere-se ao investimento na controlada Allianz Saúde S.A., que em 7 de abril de 2023, deixou de ofertar o produto Saúde para comercialização ao mercado. Desde então, o processo de não continuidade de oferta do produto Saúde está sendo realizado de forma organizada e devidamente estruturada, de acordo com o plano desenvolvido, respeitando as partes envolvidas e seguindo as normas da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Presente há mais de 115 anos no Brasil, a Allianz mantém seu compromisso de oferecer serviço e proteção de excelência a seus clientes e segurados, bem como o seu comprometimento com o país, onde atua há mais de 100 anos. A companhia tem investido fortemente em tecnologia e inovação, foco no cliente e abertura a novos canais de distribuição, mantendo os corredores no centro da estratégia de negócios. Atualmente, a Seguradora concentra sua atuação nos segmentos de Ramos Elementares, Vida e Negócios Corporativos.

Os valores correspondentes ao ágio e intangíveis identificados na Alocação do Preço de Compra (PPA), foram reclassificados para a rubrica de intangíveis, em decorrência da incorporação da Allianz Brasil Seguradora S.A. ocorrida em Março/2022.

###### 3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

###### 3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros, referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las, às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

###### 3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros.

Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se, no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Após a incorporação da subsidiária Allianz Brasil Seguradora S.A., o ágio e ativos intangíveis (Mais Valia) identificados na transação, são apresentados na rubrica de intangíveis.

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA).

Os instrumentos e ágio por expectativa de rentabilidade futura possuem vida indefinida, sendo submetido anualmente a teste de recuperabilidade com o intuito de avaliar a necessidade de *impairment* (redução ao valor de recuperação). Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração. (Nota 10.3)

###### 3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial. A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo ICPC22.

###### 3.9 Provisões técnicas - segurados

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo, as provisões técnicas são classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida Individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

###### 3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - PNC

A Provisão de Prêmios Não Ganhos é constituída por duas parcelas: (i) PNC-RVE (Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Emitidos), calculada para a parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, utilizando o método "pro-rata *die*", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado; (ii) PNC-RVNE (Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes, mas Não Emitidos), calculada de acordo com o prêmio bruto e ativo de resseguro estimados, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão estimada.

###### 3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER).

Para o registro dos sinistros em discussão judicial, a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos-atuariais. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de sinistros ocorridos durante a vigência das referidas apólices, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos, são classificados como outros débitos.

###### 3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em caso judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos, são utilizados agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

###### 3.9.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros.

###### 3.9.5 Provisão complementar de cobertura - PCC

Refere-se a provisão Complementar necessária para a cobertura das provisões técnicas, conforme o resultado apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, aplicando-se a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP.

###### 3.9.6 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

###### 3.9.7 Premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP, correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial e o Cupom Cambial para a parcela do portfólio em moeda estrangeira.

- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão (cujo valor é material).
- A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas, por agrupamento, foram, respectivamente: Automóvel (68,0%; 6,6%), Patrimoniais (53,8%; 4,1%), Transportes (53,7%; 3,4%), Responsabilidades (69,5%; 6,7%), Riscos Financeiros (34,1%; 0,8%), Pessoas Coletivo (60,8%; 4,6%) e Pessoas Individual (52,1%; 4,9%).

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER e PDR) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas aloáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PNC-RVE e RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por falta atária), considerou-se como premissa de mortalidade a tábua BR-EMS vigente. Os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer, despesas correspondentes e demais itens resultaram em uma necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) (Nota 14.3).

###### 3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas se o pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

###### 3.11 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado no período.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, complementação ao auxílio-doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

###### 3.11.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se na valorização do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano de incentivo denominado Allianz Senior Equity Incentive (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, como parâmetro monetário para valorização. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalente na data de avaliação.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. (Nota 20.2.1).

###### 3.12. CPC 06 (R2) - arrendamento

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) e o Plano de incentivo denominado Allianz Senior Equity Incentive (AEI) e SIC 15 e SIC 27).

A norma referendada pela SUSEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso e ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior.

Na transição a Seguradora reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos conforme definição prevista no CPC 06 (R2) e aplicou a norma utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas, como permitido pela referida norma. Portanto, a definição de arrendamento à luz do CPC 06 (R2) foi aplicada apenas para os ativos registrados em 1º de janeiro de 2021 ou celebrados após esta data.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato conforme abaixo:

- Contratos de arrendamento de locação de imóveis de 1 a 5 anos, 1,4% e de 6 a 10 anos 2,7%.
- A taxa referencial é mensurada de acordo com três fatores: (i) taxa de juros do país, de acordo com os prazos de referência de contratos (de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 50 anos); (ii) ajustada pelo spread de crédito baseado na taxa Allianz EUR Senior Credit Default Swap (CDS) disponível na agência Bloomberg; (iii) ajustada pelo tipo do arrendamento, a fim de incorporar a garantia contra o risco de inadimplência e múltiplo para imóveis é de 50%.

Os ativos de direito de uso foram avaliados por um valor igual ao passivo de arrendamento e ajustados pelo valor da provisão onerosa do contrato antes do período inicial como alternativa à revisão de *impairment*.

A Seguradora optou por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets, computadores pessoais, telefones, móveis de escritório e copiadoras), bem como locações de carros. Os contratos reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de aluguéis referentes à sede da matriz da Seguradora e de suas filiais e estão registrados nas rubricas "Direito de uso" no ativo circulante e ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e acrescido no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

### 4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Seguradora. Esta estrutura é liderada pelo Diretor de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos com a função de *Chief Risk Officer*, a área de Controles Internos e a área de Compliance, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("Very Strong") atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (ERM framework).

O Diretor de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto de metodologias e ferramentas de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômica-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 416/2021, a estrutura de gestão de risco, o sistema de controles internos e suas avaliações são discutidos trimestralmente durante fórum interno de Gestão de Riscos e Controles Internos, cuja sessão contém representantes das áreas de Compliance, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, CUO (*Chief Underwriting Officer*), CFO (*Chief Finance Officer*) e CEO (*Chief Executive Officer*).

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções. Nesta sessão também são abordados os pontos mais relevantes no tocante a saúde da Seguradora, de modo que os investidores possam ter uma visão geral dos riscos, buscar oportunidades e aprimorar os processos e controles internos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente.

#### 4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Comitê Executivo, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios e políticas de gestão de riscos, formalização do apetite a riscos da Seguradora, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria e Riscos independente, conforme requerido pelas regulamentações locais, que tem por finalidade assessorar o Comitê Executivo no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidência das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora também segue os padrões e princípios estabelecidos pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados conforme apresentados a seguir:

- Comitê de Risco (RiCo) para atender as solicitações do Grupo Allianz. Este Comitê de Riscos tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê;

- O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;

- O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as public

# ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



utilizado pela Seguradora é monitorado pelo *Security Vetting Team* do Grupo Allianz - área responsável por estipular os limites de exposição a parceiros e contrapartes, baseando-se nos respectivos ratings. A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber), e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

### 4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus respectivos ratings. Os ativos informados foram classificados de acordo com o rating local da Standard & Poor's (S&P), Fitch Atlantic ou agências de mesmo porte e natureza, respeitando-se, impreterivelmente, a régua de equivalência entre as notas de crédito de cada agência.

Agência Classificadora	31/12/2023			
	brAAA; brAA+; brAA-; brBB+; brBB-; brB+; brB-; brB-; brB-	brBB+; brBB-; brB+; brB-	Abaixo de B- ou Sem Classificação	Totais
<b>S &amp; P / Fitch Atlantic</b>				
<b>Disponíveis para venda</b>				
Títulos de renda fixa privados	-	5.540	-	5.540
Títulos de renda fixa públicos	4.333.821	-	-	4.333.821
<b>Valor justo por meio de resultado</b>				
Quotas de fundos de investimentos	-	-	193.453	193.453
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>4.333.821</b>	<b>5.540</b>	<b>193.453</b>	<b>4.532.814</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Prêmios a receber (*)	-	-	3.302.438	3.302.438
Operações com seguradoras	-	-	7.316	7.316
Títulos e outros créditos a receber (**)	-	-	86.723	86.723
<b>Totais</b>	<b>4.333.821</b>	<b>5.540</b>	<b>3.589.930</b>	<b>7.929.291</b>

Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Rating	Local	
	31/12/2023	31/12/2022
AAA / AA+ / AA / AA-	169.209	223.916
A+ / A / A-	-	-
BBB+ / BBB / abaixo de BBB-	-	-
<b>Totais</b>	<b>169.209</b>	<b>223.916</b>

### 4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

#### 4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Letras Financeiras presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	Premissas	31/12/2023		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
<b>Ativos públicos disponíveis para venda</b>				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.322.759	(127.888)	1.194.871
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	2.180.354	(207.174)	1.973.180
Pós-fixados	-	830.708	-	830.708
<b>Outros - valor justo por meio de resultado</b>		<b>193.453</b>	<b>-</b>	<b>193.453</b>
<b>Totais</b>		<b>4.527.274</b>	<b>(335.062)</b>	<b>4.192.212</b>

Classes	Premissas	31/12/2022		
		Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
<b>Ativos públicos disponíveis para venda</b>				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.127.153	(91.618)	1.035.535
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.940.555	(165.127)	1.775.428
Pós-fixados	-	425.165	-	425.165
<b>Outros - valor justo por meio de resultado</b>		<b>169.621</b>	<b>-</b>	<b>169.621</b>
<b>Totais</b>		<b>3.662.494</b>	<b>(256.745)</b>	<b>3.405.749</b>

O item "Outros" não contempla o montante de R\$ 662 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2022) referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

#### 4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

#### 4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

#### 4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

#### 4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas.

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

#### 4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Títulos	Nível hierárquico	31/12/2023					Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	
<b>Valor justo por meio de resultado</b>		<b>193.453</b>	<b>4%</b>	<b>193.453</b>	<b>4%</b>	<b>193.453</b>	
Fundos	Nível 2	193.453	-	193.453	4%	193.453	-
<b>Disponíveis para Venda</b>		<b>1.274.651</b>	<b>1.609.312</b>	<b>1.455.398</b>	<b>4.339.361</b>	<b>96%</b>	<b>4.429.230</b>
Time Deposit	Nível 1	5.540	-	5.540	-	5.540	-
NTN-B	Nível 1	618.596	665.175	896.583	2.180.354	48%	2.220.109
NTN-F	Nível 1	-	322.764	558.815	881.579	19%	932.543
LFT	Nível 2	209.335	621.373	-	830.708	18%	830.693
LTN	Nível 1	441.180	-	441.180	10%	441.180	8,9%
<b>Outras aplicações</b>	Nível 2	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>662</b>	<b>-</b>
<b>Totais</b>		<b>1.468.766</b>	<b>1.609.312</b>	<b>1.455.398</b>	<b>4.533.476</b>	<b>100%</b>	<b>4.623.345</b>

Títulos	Nível hierárquico	31/12/2022					Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
		Em até 1 ano ou indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	
<b>Valor justo por meio de resultado</b>		<b>169.621</b>	<b>5%</b>	<b>169.621</b>	<b>5%</b>	<b>169.621</b>	
Fundos	Nível 2	169.621	-	169.621	5%	169.621	-
<b>Disponíveis para Venda</b>		<b>898.893</b>	<b>1.613.246</b>	<b>986.303</b>	<b>3.498.442</b>	<b>95%</b>	<b>3.759.186</b>
Time Deposit	Nível 1	5.570	-	5.570	-	5.570	2,4%
NTN-B	Nível 1	414.842	855.613	670.100	1.940.555	53%	2.058.972
NTN-F	Nível 1	125.791	303.391	316.203	745.385	20%	868.925
LFT	Nível 1	145.045	280.120	-	425.165	12%	425.032
LTN	Nível 1	207.645	174.122	-	381.767	10%	400.687
<b>Outras aplicações</b>	Nível 2	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>662</b>	<b>-</b>	<b>662</b>	<b>6,3%</b>
<b>Totais</b>		<b>1.069.176</b>	<b>1.613.246</b>	<b>986.303</b>	<b>3.668.725</b>	<b>100%</b>	<b>3.929.469</b>

O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$ 662 referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

### 5.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2022	31/12/2023		Resultado financeiro	Ganho ou perda com variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2023
		Aquisição	Alienação				
Disponíveis para Venda	3.498.442	3.732.136	(3.459.681)	397.810	(219)	170.873	4.339.361
Valor justo por meio de resultado	169.621	-	-	23.832	-	-	193.453
Outras aplicações	662	-	-	-	-	-	662
<b>Totais</b>	<b>3.668.725</b>	<b>3.732.136</b>	<b>(3.459.681)</b>	<b>421.642</b>	<b>(219)</b>	<b>170.873</b>	<b>4.533.476</b>

Categoria	Saldo em 31/12/2021	Incorporação AZBR	31/12/2022		Resultado financeiro	Ganho ou perda com variação cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2022
			Aquisição	Alienação				
Disponíveis para venda	2.857.940	433.451	3.315.500	(3.280.728)	329.512	585	(157.818)	3.498.442
Valor justo por meio de resultado	124.016	78.561	83.346	(123.345)	7.043	-	-	169.621
Outras aplicações	662	-	-	-	-	-	-	662
<b>Totais</b>	<b>2.982.618</b>	<b>512.012</b>	<b>3.398.846</b>	<b>(3.404.073)</b>	<b>336.555</b>	<b>585</b>	<b>(157.818)</b>	<b>3.668.725</b>

Agência Classificadora	31/12/2022			
	brAAA; brAA+; brAA-; brBB+; brBB-; brB+; brB-; brB-; brB-	brAA; brAA-	Abaixo de B- ou Sem Classificação	Totais
<b>S &amp; P / Fitch Atlantic</b>				
<b>Disponíveis para venda</b>				
Títulos de renda fixa privados	-	-	5.570	5.570
Títulos de renda fixa públicos	3.492.872	-	-	3.492.872
Quotas de fundos de investimentos	-	169.621	169.621	339.242
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>3.492.872</b>	<b>169.621</b>	<b>3.668.063</b>	<b>7.320.675</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Prêmios a receber (*)	-	3.382.583	3.382.583	6.765.166
Operações com seguradoras	-	24.765	24.765	49.530
Títulos e outros créditos a receber (**)	-	42.329	42.329	84.658
<b>Totais</b>	<b>3.492.872</b>	<b>3.619.298</b>	<b>7.117.740</b>	<b>14.527.027</b>

(\*) Exclui o montante de R\$ 30.730 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.494 em 31 de dezembro de 2022), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

(\*\*) Inclui as rubricas de Títulos e Outros Créditos Receber (CP e LP), Outros Créditos (CP) e outros créditos operacionais (LP).

Os quadros acima não contemplam o montante de R\$ 662 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

### 4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador.

Classes de Resseguradoras	Admitida		Eventual		Totais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de fundos de investimentos	17.658	19.270	170.885	203.381	357.752	446.567
	10.601	1.779	762	158	11.363	1.937
	11	-	-	-	11	-
<b>Totais</b>	<b>28.270</b>	<b>21.049</b>	<b>171.647</b>	<b>203.539</b>	<b>369.126</b>	<b>448.504</b>

Descrição	Em até 1 ano		Totais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de fundos de investimentos	193.453	169.621	193.453	169.621
<b>Totais</b>	<b>193.453</b>	<b>169.621</b>	<b>193.453</b>	<b>169.621</b>

#### 4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, incluindo os riscos legais e de compliance e excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacionais.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora. A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas, que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 648/2021 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

#### 4.5 Outros riscos

As outorgas das categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus stakeholders (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz, que incluem considerações detalhadas acerca dos custos atuais e projetados, assim como níveis de solvência durante o período do plano.

#### 4.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido (CMR) e patrimônio líquido ajustado (PLA) são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição, visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Esses processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

#### 4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Conforme Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021, e atualizações posteriores, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR. Em 30 de dezembro de 2023 e 2022

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



### 8. OUTROS VALORES E BENS - Ativos direito de uso

A classe de ativos para direito de uso refere-se aos contratos de aluguéis da matriz e filiais avaliados sob o CPC 06 (R2) conforme Nota 3.12 e é depreciado linearmente pelo prazo do contrato de arrendamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	130.607	193.163
Remensuração	10.699	(39.307)
Depreciação	(22.181)	(23.249)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>119.125</b>	<b>130.607</b>

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são remensurados quando da alteração contratual. A Allianz Seguros S.A. remensurou, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com:

- Atualização anual do valor pago para arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);
- Renegociação dos contratos - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.

### 9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas da vigência a decorrer. Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado oriundo.

Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos. A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	608.425	546.110
Patrimonial	97.139	81.435
Transporte	8.797	14.769
Pessoas	20.330	16.292
Rural	14.968	14.187
Responsabilidades	13.240	11.551
Demais	4.663	5.152
<b>Totais</b>	<b>767.582</b>	<b>689.496</b>

#### 9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	689.496	632.211
Incorporação AZBR	-	1.118
Comissões	1.467.036	1.335.177
Recuperação de comissões	(3.701)	(7.871)
Outras despesas de comercialização	96.592	80.035
Custos de aquisição apropriados	(1.481.841)	(1.357.264)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>767.582</b>	<b>689.496</b>

### 10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

#### 10.1 Investimentos

A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

	Allianz Saúde S.A.	Allianz Brasil Seguradora S.A.	TOTAL
Dados em 31 de dezembro de 2023 das controladas			
Capital social	292.837	-	-
Quantidade de ações possuídas - ON	174.957.422	-	-
Percentual de participação	99,999%	-	-
Total de ativos	269.162	-	-
Total de passivos	167.525	-	-
Patrimônio líquido	101.637	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>55.078</b>	-	-
<b>Saldos de investimentos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>116.403</b>	<b>260.418</b>	<b>376.821</b>
Aumento de capital social	110.000	-	110.000
Ajustes de avaliação patrimonial	307	59.071	59.378
Resultado de equivalência patrimonial	(70.853)	27.763	(43.090)
Redução de capital em investimentos	-	(347.252)	(347.252)
<b>Saldos de investimentos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>155.857</b>	-	<b>155.857</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	858	-	858
Resultado de equivalência patrimonial	(55.078)	-	(55.078)
<b>Saldos de investimentos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>101.637</b>	-	<b>101.637</b>

Devido à incorporação que ocorreu em abril de 2022 da Allianz Brasil Seguradora S.A. pela Allianz Seguros S.A., o seu saldo de investimento foi reduzido a zero e incorporado no patrimônio líquido da Allianz Seguros S.A.

#### 10.2 Imobilizado e imóveis destinados à renda

A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2023	Saldo contábil	Depreciação acumulada				
<b>Descrição</b>	<b>Taxas de depreciação linear anual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação residual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Depreciação acumulada</b>
Terrenos e edificações	0 a 4%	5.023	-	(52)	4.971	14.480	(9.509)	
Benefitorias em imóveis de terceiros	7%	14.799	-	(2.887)	11.912	36.605	(24.693)	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	4.586	28	(1.293)	3.321	37.154	(33.833)	
Computadores e periféricos	20%	24.800	4.114	(7.861)	21.053	68.768	(47.715)	
Outras imobilizações	10%	9.941	9.106 (2.512)	(3.349)	13.186	25.016	(11.830)	
<b>Totais</b>		<b>59.149</b>	<b>13.248 (2.512)</b>	<b>(15.442)</b>	<b>54.443</b>	<b>182.023</b>	<b>(127.580)</b>	

	31/12/2021	31/12/2022	Saldo contábil	Depreciação acumulada				
<b>Descrição</b>	<b>Taxas de depreciação linear anual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Incorporação AZBR</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Depreciação residual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Depreciação acumulada</b>
Terrenos e edificações	0 a 4%	5.075	-	(52)	5.023	14.480	(9.457)	
Benefitorias em imóveis de terceiros	7%	17.350	436	(2.987)	14.799	36.605	(21.806)	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	6.060	82	(1.556)	4.586	37.126	(32.540)	
Computadores e periféricos	20%	24.286	454	6.458 (6.398)	24.780	64.654	(39.854)	
Outras imobilizações	10%	7.731	217	4.513 (2.520)	9.941	18.422	(8.481)	
<b>Totais</b>		<b>60.502</b>	<b>1.189</b>	<b>10.971 (13.513)</b>	<b>59.149</b>	<b>171.287</b>	<b>(112.138)</b>	

#### 10.3 Intangível

O Intangível é composto pelos gastos com desenvolvimento de software interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

	31/12/2022	31/12/2023					
<b>Descrição</b>	<b>Taxas de amortização média anual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Incorporação AZBR</b>	<b>Amortização residual</b>	<b>Saldo residual</b>	<b>Custo histórico</b>	<b>Amortização acumulada</b>
Ágio	0%	1.604.556	-	-	1.604.556	1.604.556	-
Desenvolvimento de sistemas	10%	6.079	-	(6.079)	-	59.676	(59.676)
Canais de distribuição	8%	496.230	-	(49.623)	446.607	620.287	(173.680)
Acordo de não competição	20%	9.963	-	(3.985)	5.978	19.928	(13.950)
<b>Totais</b>		<b>2.116.828</b>	-	<b>(59.687)</b>	<b>2.057.141</b>	<b>2.304.447</b>	<b>(247.306)</b>

A recuperação do valor contábil do ágio é avaliada anualmente com base no seu valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de tempo de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros. Seguindo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados. A administração baseou as premissas de projeção no Plano de Negócio aprovado pela Administração até 2025 e após este período em informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP. A sensibilidade das premissas de projeção de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração. Com base nas análises acima e nos cenários avaliados, o teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (impairment).

### 11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022			
<b>Descrição</b>	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>181 a 365 dias</b>	<b>Mais de 365 dias ou sem vencimento definido</b>	<b>Totais</b>
Prestação de serviços terceiros	682	64.234	-	-	64.916
Contrato de aluguel	138	-	-	-	138
(a) Obrigações com funcionários	899	55.930	22.846	-	1.731
(b) Débitos de operações bancárias	-	-	-	36.397	36.397
Campanha de incentivo a corretores	-	18.962	-	-	18.962
Prestação de serviços-Partes relacionadas	65.475	26.411	-	-	91.886
(c) Programa de incentivo baseado em ações	-	3.115	-	-	8.243
Fornecedores	10.758	5	-	-	10.763
Impostos e encargos sociais a recolher	115.838	127.092	31.576	-	274.506
(e) Dividendos e Restituições	-	180.214	-	-	180.214
Outras obrigações a pagar	-	1.872	-	67	1.939
<b>Totais</b>	<b>193.790</b>	<b>477.835</b>	<b>54.422</b>	<b>46.436</b>	<b>772.483</b>

	31/12/2022	31/12/2023			
<b>Descrição</b>	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>181 a 365 dias</b>	<b>Mais de 365 dias ou sem vencimento definido</b>	<b>Totais</b>
Prestação de serviços terceiros	8.974	19.522	270	-	28.766
Contrato de aluguel	72	-	-	-	72
(a) Obrigações com funcionários	3.484	40.495	21.012	-	7.765
(b) Débitos de operações bancárias	-	-	-	30.958	30.958
Campanha de incentivo a corretores	-	20.307	5.833	-	26.140
Prestação de serviços-Partes relacionadas	78.621	805	-	-	79.426
(c) Programa de incentivo baseado em ações	-	6.657	-	-	3.188
Fornecedores	9.947	4	-	-	9.951
Impostos e encargos sociais a recolher	98.130	130.256	35.602	-	1.705
Outras obrigações a pagar	-	2.545	68	-	2.611
<b>Totais</b>	<b>199.228</b>	<b>220.591</b>	<b>62.717</b>	<b>38.672</b>	<b>521.208</b>

(a) As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados. (b) Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias". (c) As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (Nota 20.1). (d) As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na Nota 20.1. (e) Dividendos e restituições relativas à redução de capital.

### 11.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) e sua adoção inicial está descrita na Nota 3.12.

#### 11.2.1 Movimentação dos passivos de arrendamento:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	142.878	199.991
Remensuração	10.699	(39.167)
Pagamentos de arrendamentos	(24.884)	(26.276)
Despesas de juros	6.972	8.330
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>135.665</b>	<b>142.878</b>
Circulante	15.453	19.882
Não Circulante	120.212	122.996

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são remensurados quando da alteração contratual.

Os contratos de arrendamento da Allianz Seguros S.A. foram remensurados de acordo com:

- Atualização anual do valor pago para arrendamentos dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);
- Renegociação do contrato Matriz São Paulo - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.
- Atualização da taxa de desconto, de acordo com índices do mercado.

#### 11.2.2 Pagamentos mínimos futuros

As obrigações financeiras são compostas como segue:

Vencimentos	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Valor presente
Até 1 ano	22.069	6.616	15.453
Entre 1 e 5 anos	101.568	21.936	79.632
Acima de 5 anos	42.612	2.032	40.580
<b>Totais</b>	<b>166.249</b>	<b>30.584</b>	<b>135.665</b>

### 12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Operações</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Seguradoras	10.464	3.374
Resseguradoras	1.438.088	1.420.497
Corretores de seguros	200.063	205.819
Outras operações	74.601	145.900
<b>Totais</b>	<b>1.723.216</b>	<b>1.775.590</b>

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	Resseguradora			31/12/2022		
<b>Operações</b>	<b>LOCAL ADMITIDA</b>	<b>EVENTUAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>LOCAL ADMITIDA</b>	<b>EVENTUAL</b>	<b>TOTAL</b>
Prêmios emitidos	349.223	125.878	186.328	661.429	348.137	131.566
Adiantamentos e outros débitos	81.580	89.571	613.552	784.703	108.365	109.973
(-) Ajuste ao valor de recuperação	(8.044)	-	(8.044)	(6.342)	-	(6.342)
<b>Totais</b>	<b>422.759</b>	<b>215.449</b>	<b>799.880</b>	<b>1.438.088</b>	<b>450.160</b>	<b>241.539</b>

### 13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cossseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento. Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

	31/12/2023				31/12/2022			
<b>Descrição</b>	<b>61 a 181 dias</b>	<b>181 a 365 dias</b>	<b>Mais de 365 dias</b>	<b>Totais</b>	<b>61 a 181 dias</b>	<b>181 a 365 dias</b>	<b>Mais de 365 dias</b>	<b>Totais</b>
Prêmios e emolumentos recebidos	2.179	153	1.732	3.361	7.425	6.415	1.133	5.210
Outros depósitos	124	-	124	3	-	-	-	3
<b>Totais</b>	<b>2.303</b>	<b>153</b>	<b>1.732</b>	<b>3.361</b>	<b>7.549</b>	<b>6.418</b>	<b>1.133</b>	<b>5.210</b>

### 14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

#### 14.1 Provisões técnicas de seguros diretos

A composição das provisões técnicas de seguros, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

	Auto-móvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Totais
<b>Danos e Pessoas</b>								
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG (*)	3.485.790	679.413	78.506	103.381	117.559	77.158	73.720	4.615.527
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.294.861	405.489	129.465	218.866	130.051	678.014	204.190	3.060.936
Provisão de despesas relacionadas - PDR	78.100	31.133	7.628	6.077	8.226	26.763	5.141	

## ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras, encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais ações em curso estão descritas abaixo:

### 15.1 INSS

**15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)**  
Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora recolher contribuição social (art. 22, inciso III e § 1º da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal interpôs Agravo Interno, ao qual foi negado provimento, decisão essa que transitou em julgado.

Recebidos os autos pelo juízo de origem, a União Federal informa que encaminhou cópia dos autos à DEINF-SP (e-processo 16327.720.556/2019-91), para que ela se manifeste sobre o destino dos depósitos judiciais efetuados nos autos. Por conseguinte, a Seguradora informou que aguarda o relatório da Receita Federal do Brasil (DEINF-SP), referente aos depósitos judiciais efetuados nos autos, para a conferência total dos valores, para posteriormente apresentar manifestação no sentido da liquidação do julgado. O montante provisionado é de R\$ 127.744(R\$ 121.454 em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais no montante de R\$ 127.744(R\$ 121.456 em 31 de dezembro de 2022).

### 15.2 PIS

**PIS- Emenda Constitucional 17/1997 e Medida Provisória 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)**

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537- 45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs Recurso de Apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpôs Recurso Extraordinário e Recurso Especial e a União Federal Recurso Extraordinário. Foi proferida Decisão da Vice-Presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

O montante provisionado para as duas teses é R\$ 145.148 (R\$ 139.964 em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais para as duas teses no montante de R\$ 156.509 (R\$ 149.127 em 31 de dezembro de 2022).

### 15.3 Ação Ordinária - PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. Em 2020, face ao veredito a favor da Seguradora, o montante provisionado foi revertido para resultado R\$ 1.921. Em 23/08/2022, foi proferida sentença extinguindo o processo com julgamento do mérito. Os autos foram arquivados em 20/09/2022.

### 15.4 PIS e COFINS

**15.4.1 (Processo 16327.720734/2012-16)**  
Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título da COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interpôs manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R\$ 1.375 (R\$ 1.319 em 31 de dezembro de 2022).

**15.4.2 (Processo 16327.904728/2019-88)**  
Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação de PIS e COFINS. Em jan/2015 foram compensados valores gerados por pagamentos de COFINS a maior, relativos às competências ago/2014 e set/2014, pagamentos de PIS a maior relativo às competências set/2014 e out/2014. Em face de tal decisão, a Seguradora interpôs manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.538 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2022).

**15.4.3 (Processo 16327.904727/2019-33)**  
Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS. Em jan/2015 foram compensados valores gerados por pagamento de PIS a maior durante competência ago/2014. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 249 (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2022).

**15.5 IRPJ (Processo 16327.900791/2010-15)**  
Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 4.311 (R\$ 4.560 em 31 de dezembro de 2022).

**15.6 Ações trabalhistas**  
Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

O montante provisionado é de R\$ 6.950 (R\$ 3.946 em 31 de dezembro de 2022). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 27.291 (R\$ 21.553 em 31 de dezembro de 2022).

**15.7 Ações cíveis**  
**15.7.1 Ações cíveis - não relacionadas ao produto seguros**  
Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucupião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 714 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 1.865 (R\$ 929 em 31 de dezembro de 2022).

**15.7.2 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros**  
Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuária.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 36.249 (R\$ 34.347 em 31 de dezembro de 2022).

**15.8 Sinistros judiciais**  
Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuária. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar", e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas.....	146.184	134.037
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício.....	413.469	245.476
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisões constituídas.....	18.907	3.073
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior.....	29.270	64.381

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**16.1 Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.522.469.387 (7.522.469.387 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

No exercício de 2022 a Seguradora teve dois aumentos de capital, totalizando R\$ 800 milhões:

- Na AGE de 13 de maio de 2022 foi aprovado pela Administração da Seguradora o aumento de capital no montante de R\$ 500.000.000,00. A aprovação pela SUSEP ocorreu pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 945 de 9 de setembro de 2022.

- Na AGE de 27 de julho de 2022 foi aprovado pela Administração da Seguradora o aumento de capital no montante de R\$ 300.000.000,00. A aprovação pela SUSEP ocorreu pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1224 de 21 de dezembro de 2022.

No exercício de 2023 a Seguradora reduziu seu capital em R\$ 693 milhões:

- Na AGE de 11 de dezembro de 2023 foi aprovado pela Administração da Seguradora a redução do capital social no montante de R\$ 693.040.000,00. Absorvido em R\$ 542.994.660,90, pela conta de prejuízos acumulados e com restituição aos acionistas em R\$ 150.045.339,10. A aprovação pela SUSEP ocorreu em novembro de 2023 e está em fase homologatória.

**16.2 Reserva legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2023, foram apropriados à esta reserva R\$ 6.034.

**16.3 Reserva estatutária de retenção de lucros** - Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários. Em 31 de dezembro de 2023, foram apropriados à esta reserva R\$ 90.516.

**16.4 Reservas de reavaliação** - Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

**16.5 Ajustes de avaliação patrimonial** - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2023 o montante registrado nessa rubrica é de (R\$ 54.573) ((R\$ 157.955) em 31 de dezembro de 2022).

**16.6 Dividendos** - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

## 17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

**17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento**  
**Brutos de resseguros cedidos**

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel.....	6.486.470	5.670.963	65%	82%	18%	18%
Patrimonial.....	910.555	793.887	62%	62%	18%	19%
Transporte.....	410.233	405.075	55%	56%	18%	19%
Pessoas.....	220.401	310.020	64%	83%	18%	12%
Rural.....	286.169	230.923	41%	154%	12%	14%
Responsabilidades.....	120.368	115.075	71%	14%	17%	18%
Demais.....	102.732	67.746	-2%	98%	3%	5%
<b>Totais.....</b>	<b>8.536.928</b>	<b>7.537.689</b>	<b>63%</b>	<b>80%</b>	<b>17%</b>	<b>18%</b>

**Líquido de resseguros cedidos**

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel.....	4.911.800	4.300.130	65%	81%	18%	17%
Patrimonial.....	649.505	491.856	58%	75%	24%	25%
Transporte.....	253.970	234.530	52%	55%	25%	28%
Pessoas.....	136.530	227.683	83%	96%	4%	1%
Rural.....	157.172	121.831	62%	6%	3%	3%
Responsabilidades.....	70.548	63.052	12%	60%	20%	23%
Demais.....	10.044	(9.946)	22%	-73%	-23%	1%
<b>Totais.....</b>	<b>6.189.569</b>	<b>5.429.136</b>	<b>62%</b>	<b>80%</b>	<b>18%</b>	<b>17%</b>

## 18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.1 Prêmios emitidos líquidos.....</b>	<b>8.761.883</b>	<b>8.322.712</b>
Prêmios diretos.....	8.750.188	8.266.189
Prêmios de cosseguos aceitos.....	22.686	159.899
Prêmios de cosseguos cedidos.....	(32.051)	(19.449)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	21.060	(83.927)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.2 Sinistros ocorridos.....</b>	<b>(5.350.901)</b>	<b>(6.014.533)</b>
Sinistros - Diretos e cosseguos aceitos.....	(5.275.455)	(6.149.365)
Recuperação de sinistros de cosseguos cedidos.....	13.461	7.088
Salvados e ressarcimentos.....	628.002	728.021
Varição da provisão de IBNR.....	13.204	(24.724)
Serviços de assistência.....	(730.113)	(575.553)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.3 Custo de aquisição.....</b>	<b>(1.481.841)</b>	<b>(1.356.146)</b>
Comissões.....	(1.467.036)	(1.334.060)
Outras despesas de comercialização.....	(96.592)	(60.035)
Recuperação de comissões.....	3.701	1.781
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	78.086	56.168

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.4 Resultados com resseguro.....</b>	<b>(576.539)</b>	<b>73.389</b>
Prêmios.....	(2.293.910)	(2.364.455)
Comissões sobre os prêmios.....	331.717	365.169
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	(23.285)	72.706
Comissões sobre prêmios - riscos vigentes e não emitidos.....	21	(5.462)
Recuperação de indenização.....	1.657.470	1.931.735
Salvados e ressarcimentos.....	(243.342)	(254.338)
Varição da provisão de IBNR.....	68.544	(6.381)
Varição das provisões técnicas.....	(3.438)	336.683
Outras despesas com contratos de resseguro.....	(70.316)	(2.268)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.5. Outras receitas e despesas operacionais.....</b>	<b>(84.293)</b>	<b>(181.890)</b>
Consultas e prevenção de riscos.....	(48.425)	(48.759)
Cobrança, apólices e contratos.....	(37.929)	(38.520)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios.....	(815)	(4.549)
Acordo representação comercial.....	(28.443)	(25.451)
Ações judiciais cíveis.....	(12.727)	(17.234)
Constituição ao valor recuperável-bens à venda.....	20.361	(43.367)
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguos cedido.....	(1.589)	1.024
Aperuração do ciclo do seguro rural - FERS.....	21.150	(382)
Outras receitas.....	4.124	(4.652)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.6 Despesas administrativas.....</b>	<b>(919.007)</b>	<b>(826.417)</b>
Pessoal.....	(419.287)	(365.557)
Localização e funcionamento.....	(281.450)	(208.107)
Serviços de terceiros.....	(107.339)	(136.929)
Publicidade e propaganda.....	(77.467)	(76.693)
Despesas de direito de uso arrendamento.....	(22.181)	(23.249)
Compartilhamento de despesas - empresas ligadas.....	(4.163)	8.374
Outras.....	(7.120)	(4.256)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.7 Despesas com tributos.....</b>	<b>(238.500)</b>	<b>(183.450)</b>
PIS e COFINS.....	(176.283)	(128.948)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços.....	(47.196)	(35.116)
Taxa de fiscalização - reguladora.....	(4.056)	(7.443)
Impostos sobre operações de resseguros.....	(537)	(1.003)
Impostos municipais.....	(4.124)	(5.161)
Demais tributos.....	(5.854)	(5.779)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.8 Resultado financeiro - Receitas e (Despesas).....</b>	<b>443.352</b>	<b>325.946</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda.....</b>	<b>397.591</b>	<b>330.545</b>
Ganhos realizados.....	265	448
Juros recebidos.....	397.545	329.512
Oscilação cambial.....	(219)	585
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....</b>	<b>23.832</b>	<b>7.043</b>
Ganhos realizados.....	23.832	7.043
<b>Operações de seguros e resseguros.....</b>	<b>24.180</b>	<b>14.569</b>
Operações de seguros e resseguros.....	23.139	14.734
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro.....	28.386	26.520
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro.....	(27.345)	(26.685)
<b>Outras Receitas e Despesas.....</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(26.211)</b>
Atualização monetária depósitos judiciais.....	13.766	12.303
Atualização monetária contingências.....	(11.421)	(10.685)
Outras Receitas e Despesas.....	12.738	9.503
Varição cambial bancos - moeda estrangeira.....	(10.242)	(21.615)
Contratos de arrendamento.....	(6.972)	(8.330)
Tarifas financeiras.....	(1.043)	(978)
Programa de incentivo baseado em ações.....	923	(410)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.9 Resultado patrimonial.....</b>	<b>(53.264)</b>	<b>(123.458)</b>
Resultado equivalência patrimonial.....	(55.078)	(70.853)
Receitas com imóveis de renda.....	1.833	1.023
Despesas patrimoniais.....	(19)	(19)
Ajuste de investimentos em controlada-amortização mais valia (*).....	-	(53.609)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>18.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes.....</b>	<b>3.150</b>	<b>-</b>
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente.....	3.150	-

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**19.1 Créditos Tributários e Previdenciários**

**19.1.1 Créditos tributários - Ativo circulante**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Curto prazo</b>		
Antecipações compensadas no passivo (CPC 32).....	10.258	20.700
Saldo negativo de IRPJ e CSLL.....	20.700	97.872
IOF a restituír.....	3.429	3.429
Tributos federais retidos por órgãos públicos.....	85	8
Outros tributos a compensar.....	1.016	192
<b>Totais.....</b>	<b>35.488</b>	<b>101.501</b>

**19.1.2 Tributos diferidos**

# ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Javier Bernat Domenech - Presidente

Reimund Carsten - Vice-Presidente

Eduard Folch Rue - Conselheiro

## DIRETORIA:

Andreas Markus Kerl

Eduard Folch Rue

Regina Helena Menezes Lopes

Rosely Boer Corino da Fonseca

Renato Roperto

### ATUÁRIO:

Jorge Wilson Euphasio Junior - Atuária MIBA nº 3548

### CONTADOR:

Tiago Coelho de Jesus - Contador CRC 1SP301127/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, e atuando em conformidade com seu Regimento Interno. No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, compliance, riscos, controles internos, atuarial, sinistros, resseguros, gestão de ativos, jurídica e tecnologia da informação, e com os auditores internos e auditores independentes, avaliando, por meio de diferentes fontes, relatórios, documentos e informações, os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria independente não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. O Comitê analisou os procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações

financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2024  
COMITÊ DE AUDITORIA

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Allianz Seguros S.A.

São Paulo - SP

### Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

### Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório,

da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para

permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Companhia um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Consultores Ltda.  
CNPJ: 02.189.924/0001-03  
CIBA 45  
Felipe Fieri Amado  
MIBA 2.385

### Anexo

#### Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

##### 1. Demonstrativo dos limites de retenção

	31/12/2023	31/12/2022
0327.....	850	850
0112, 0173, 0520, 0525, 0542, 0553, 0644, 0746, 0929, 0980, 0990, 1107, 1108, 1369, 1390, 1417, 1528, 1535, 1537, 1597.....	1.000	1.000
0981, 0991.....	1.000	-
0524, 0969.....	2.000	1.000
1734.....	2.000	2.000
0378.....	2.500	1.000
1101, 1102.....	2.500	4.000
0977, 0982, 0993, 1061, 1381, 1391.....	3.000	3.000
1377.....	3.000	-
0313.....	4.515	4.515
0310.....	5.000	1.000
0351.....	5.000	5.000
0775, 0776.....	6.000	6.000
0114, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0621, 0622, 0632, 0638, 0654, 0655, 1065, 1066, 1130, 1162, 1433.....	12.500	12.500
0531.....	20.000	20.000

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Allianz Seguros S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

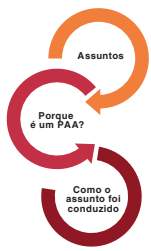
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Notas 3.7 e 10.3)</b></p> <p>A Seguradora possui ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da combinação de negócios, sendo requerida uma avaliação sobre a eventual necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. Mantivemos com área de foco em nossa auditoria, devido a relevância dos saldos envolvidos e a existência de julgamento significativo por parte da administração quanto a definição das premissas e projeções de resultados futuros, que podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.</p>	<p>Realizamos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, considerando o modelo de avaliação de teste de redução ao valor recuperável, o processo de definição das premissas, revisão e documentação da aprovação do estudo realizado pela administração da Seguradora.</p> <p>Efetuamos uma análise da consistência das premissas e projeções utilizadas com os orçamentos internos da Seguradora obtidos junto a área específica e consistências com outros estudos realizados internamente, os quais foram aprovados pela administração.</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas em Finanças Corporativas realizamos: (i) análise da metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio; (ii) a coerência geral lógica e aritmética destas premissas e dos cálculos das projeções realizados pela administração; (iii) as taxas de desconto; e (iv) o recálculo do valor presente dos fluxos de caixa e da perpetuidade. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura são consistentes com a divulgação efetuada nas notas explicativas.</p>
<p><b>Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3.8 e 19.1)</b></p> <p>A Seguradora possui créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável de crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança da Seguradora.</p> <p>Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.</p> <p>Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários futuros, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.</p>	<p>Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributários futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração com ajuda da equipe especialista de finanças corporativas.</p> <p>Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Adicionalmente, realizamos a conferência do histórico de projeções anteriores com os resultados realizados no ano corrente.</p> <p>Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados do crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 28/02/2024  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/28/ALLIANZ1574566228022024.pdf>

Hash: 17090662804cf7d2567f3946f1bb7e35c014f1eed